

O PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO – Alguns antecedentes – Minha participação

LUIZ PHILIPPE DA COSTA FERNANDES*
Vice-Almirante (Ref^{ts})

SUMÁRIO

Introdução
A motivação original de nosso Programa Antártico
O estágio no British Antarctic Survey (BAS)
Acompanhamento das Operações Antárticas por responsabilidades funcionais
Comentário final

INTRODUÇÃO

Atendendo a convite, aceitei escrever algo sobre o Programa Antártico Brasileiro (Proantar) em revista de turma da Marinha. Alguma hesitação inicial deveu-se ao fato de saber, perfeitamente, que nós, de Marinha, já temos conhecimento razoável sobre o tema, fruto de uma boa quantidade de notícias que são, em boa hora, divulgadas sobre um dos programas mais importantes do País, englobando as características do

“Continente Gelado”, as implicações geopolíticas envolvidas em sua ocupação, a nossa base antártica e as pesquisas lá desenvolvidas, bem como as operações Antártica, a cargo de navios da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) e aviões da Força Aérea Brasileira (FAB).

Incentivado por alguns leitores, que viram no escrito a possibilidade de interessar a um maior universo de pessoas, ampliei o texto, sem perder de vista a possibilidade de apresentar alguma informação menos conhecida, advinda de minha experiência

* Comandou o Navio Hidrográfico *Argus*, o Navio Oceanográfico *Almirante Câmara*, o Controle Naval do Tráfego Marítimo e o 5º Distrito Naval. Foi secretário executivo da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e diretor de Hidrografia e Navegação. Hidrógrafo e oceanógrafo. Na reserva, foi secretário executivo da Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos (1996-1998) e coordenador executivo do Centro de Excelência para o Mar Brasileiro (2009-2014). Coordenador das edições (1998 e 2010) da publicação *O Brasil e o Mar no Século XXI*. Co-autor do livro *Amazônia Azul – O Mar que nos Pertence* (2006).

peçoal, que antecedeu a própria criação do Proantar. O interesse não é assegurado, mas garante-se alguma originalidade.

A MOTIVAÇÃO ORIGINAL DE NOSSO PROGRAMA ANTÁRTICO

Como nota histórica preliminar, assinalo apenas que o Brasil aderiu ao Tratado da Antártida¹ em maio de 1975 e, dois meses após (11 de julho), por Decreto Presidencial, ocorreu a sua promulgação. O Tratado estabelece que cada parte contratante tornada membro por adesão “estará habilitada a designar representantes para comparecerem às reuniões [do Tratado]..., durante todo o tempo em que a referida parte contratante demonstrar seu interesse pela Antártida, pela promoção ali de substancial atividade de pesquisa científica, tal como o estabelecimento de estação científica ou o envio de expedição científica”. Em resumo: a adesão ao Tratado implicava compromisso, pelo Brasil, de participação efetiva em substanciais atividades antárticas. E cabia ao nosso país correr contra o tempo, chegando, em janeiro de 1982, por decretos, à criação de uma Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (Conantar), presidida pelo ministro das Relações Exteriores, para assessorar o Presidente da República na formulação e na consecução de uma Política Nacional para Assuntos Antárticos (Polantar) e à atribuição da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Cirm), coordenada pelo ministro da Marinha, de elaborar e executar o Programa Antártico Brasileiro. As iniciativas e o empenho do então secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Cirm), Contra-Almirante Múcio Piragibe Ribeiro de Bakker, tornaram

possível que, em dezembro daquele ano, o projeto do Proantar fosse aprovado pelo plenário da Cirm.

O ESTÁGIO NO BRITISH ANTARCTIC SURVEY (BAS)

Convém recordar que a nossa primeira Operação Antártica – Operantar I, iniciada em dezembro de 1982 (com o Navio de Apoio Oceanográfico *Barão de Teffê*, sob o comando do saudoso Capitão de Mar e Guerra Fernando José Andrade Pastor Almeida, e o Navio Oceanográfico *Professor Besnard*/Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo-Iousp), foi antecedida por cuidadoso planejamento. De fato, não seria prudente que arriscássemos navios e suas tripulações para operar em ambiente tão hostil e desconhecido, sem um detalhamento prévio das maiores dificuldades a enfrentar. Tal planejamento, além dos prévios contatos em nível científico, desenvolveu-se em duas fases: na primeira, ocorreu o embarque em navios polares de outros países, em comissões na Antártica, para acompanhar tais operações em ambiente polar e nas bases em terra, com destacada atuação do Comandante Luiz Antônio de Carvalho Ferraz, que embarcou no HMS *Endurance* e estagiou em base antártica britânica e, por seus méritos, acabou por dar o nome à nossa estação antártica (Estação Antártica Comandante Ferraz – EACF). Em uma segunda, havia que conhecer os principais aspectos logísticos e científicos a enfrentar pela organização de apoio, em terra, a comissões de tal natureza. E o British Antarctic Survey (BAS) (Fig. 1) era (é) das mais conceituadas.

Designado por Portaria Ministerial para realizar estágio, viajei para Cambridge,

¹ Mantida aqui a denominação original.



Figura 1 – Atuais instalações do British Antarctic Survey (BAS), em Cambridge

sede do BAS, no dia 4 de julho de 1976, acompanhado pelo Dr. Antônio Divino Moura², do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). De comum acordo, considerando a formação de cada um, para fins de organização do estágio, resolvemos dividir as quatro áreas de atividades do BAS da seguinte forma: Ciências Atmosféricas, sob responsabilidade exclusiva do Dr. Divino; Ciências Biológicas e Administração, a meu cargo; e Ciências da Terra, como tarefa comum.

Tendo em vista a importância óbvia do planejamento logístico em terra, a área de Administração mereceu prioridade especial de minha parte. Incluiu a coleta de informações, com o detalhe possível, sobre a construção de uma base antártica, alimentação, medicamentos, artigos de acampamento, sistemas de comunicações, vestuário e veículos, combustíveis e lubrificantes. Em relação a equipamentos em geral, coletaram-se informações sobre fabricantes, preços, especificações, prazos de fornecimento etc. Na parte de finanças, foram coletadas informações sobre o custo operativo dos navios do BAS e do custo de manutenção de suas bases antárticas, bem como estimativa do custo de abastecimento, pelo BAS,

de uma eventual base arrendada pelo nosso país. À época, a última informação adquiria relevância, pois uma das linhas de ação era exatamente a utilização de uma base antártica desativada. Cogitou-se, ainda, da possibilidade de cientistas nacionais efetuarem pesquisa a partir de base britânica, sem que tivesse ocor-

rido maior interesse, devido a alegadas dificuldades de adaptação, incluindo mentalidade e alimentação distintas.

Lembro-me de certa surpresa que experimentei ao verificar a sistemática de recrutamento dos voluntários, necessariamente solteiros e com idade entre 22 e 35 anos, para guarnecer as bases antárticas. Imaginava a existência de toda uma bateria de testes psicológicos, mas nada disso encontrei. A seleção era feita de modo empírico, com base em entrevistas pessoais e em informações confidenciais solicitadas a pessoas indicadas pelos voluntários. Era valorizado o espírito de aventura e o idealismo, ficando em segundo plano, pelo menos à época, o interesse financeiro. Foi, aliás, posta em dúvida a política de seleção de outros países, que procurava utilizar a compensação financeira como estímulo maior ao trabalho voluntário na Antártica. Alguns detalhes pragmáticos chamaram minha atenção: por exemplo, a qualificação científica não era, para o BAS, o fator preponderante, já tendo ocorrido a preterição de pessoal de maior gabarito (um Ph.D. por exemplo) em favor de candidatos que apresentavam informações mais favoráveis. Outro aspecto prático: to-

2 Atual diretor substituto do INPE.

dos os candidatos selecionados, durante a fase de treinamento aprendiam a cozinhar para eventual substituição do cozinheiro efetivo durante suas folgas. No caso de algum substituto não possuir nenhuma aptidão culinária, ocorria troca espontânea com companheiro mais qualificado.

Na ocasião, visitei, ainda, o Scott Polar Research Institute (SPRI), órgão pertencente à Universidade de Cambridge e também sediado em tal cidade, onde funciona uma das maiores bibliotecas especializadas em assuntos polares, que administra o World Data Center C (Glaciologia). Abriga, ainda, a Secretaria do Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR), que também conheci. A SCAR é uma organização muito conceituada, responsável por iniciar, desenvolver e coordenar pesquisa científica internacional de alta qualidade na região antártica e fornecer consultoria científica independente para as reuniões consultivas do Tratado da Antártida e para outras organizações ligadas à pesquisa antártica.

O estágio no BAS foi complementado por visita ao Institute of Oceanographic Sciences (IOS), situado em Wormley, Godalming, proximidades de Londres, visando ao conhecimento das atividades oceanográficas que se desenrolavam na Antártica. Ficou-me, da ida de trem, uma lembrança marcante e curiosa. Fui instruído a embarcar no que partia às x horas e y minutos da plataforma tal. Que tomasse cuidado para não embarcar no trem parador que partiria três minutos

antes. Achei que, na prática, a coisa não funcionaria assim, mas foi exatamente o que ocorreu. Espero que algum dia nossa malha ferroviária possa atender aos horários com tal precisão (mas acho que ainda vai demorar...).

Não entro em detalhes sobre a visita ao IOS em si, que abordou temas muito específicos, mas não posso deixar de realçar uma informação interessante: na Inglaterra, os diversos navios oceanográficos ficavam sob a responsabilidade de uma única Instituição – o National Environment Research Council (NERC), que os alocava às diversas organizações de pesquisa oceanográfica, função das prioridades estabelecidas e do local de trabalho (águas interiores, plataforma continental ou alto-mar). Tal sistemática foi por mim enfatizada na Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos (CNIO), onde fui o secretário executivo cerca de duas décadas após. A ideia acabou encampada pela Comissão, constando no texto da 1ª edição (1998) da publicação *O Brasil e o Mar no Século XXI – Relatório aos Tomadores de Decisão do País*, e chegou a figurar como uma das “Recomendações” de seu Capítulo XIV – O Brasil e o Conhecimento Científico de seu Mar³.

Ao fim do tópico, um pequeno acréscimo que nada tem a ver com o Programa Antártico: após o término do estágio no BAS e da visita ao IOS, recebi determinação adicional de efetuar visita ao British Aircraft Corporation, em Bristol, visando efetuar inspeção técnica no veículo sub-

3 Vale acrescentar que a aquisição e a operação do Navio Hidroceanoográfico *Cruzeiro do Sul* aproxima-se de tal concepção: o navio, adquirido graças a uma parceria Marinha/Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), é operado atendendo, em partes iguais, a atividades de interesse da Marinha e da comunidade científica – no caso, ao Projeto Laboratório Nacional Embarcado –, ficando a seleção dos programas civis a cargo de um Comitê Científico. Em âmbito governamental, mais restrito, a aquisição do Navio de Pesquisa Hidroceanoográfico (NPHo) *Vital de Oliveira* representa uma aproximação de natureza distinta: adquirido graças a uma parceria pública privada MCTI/Marinha/Vale/Petrobras, sua operação hidroceanoográfica deverá atender aos interesses de seus financiadores.

marino não tripulado *Consub*, com vistas a possível compra ou arrendamento, para amostragem do fundo do mar e localização de submarinos sinistrados. A nota é incluída para deixar registrado o interesse da DHN pelo assunto, já em meados da década de 70⁴.

Quis a carreira que eu fosse envolvido mais adiante com o Proantar, o que muito me agradou, fruto, inclusive, da motivação adicional advinda do estágio em Cambridge. É o que indico sucintamente a seguir.

ACOMPANHAMENTO DAS OPERAÇÕES ANTÁRTICAS POR RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS

Em março de 1985, apresentei-me ao Estado-Maior da Armada, algo desapontado. Naturalmente, não com a comissão em si, mas porque estava designado inicialmente, após meu regresso de Buenos Aires (Adido Naval), para servir no Comando de Operações Navais, e tal Organização Militar tem sede no Rio de Janeiro, como era de minha conveniência à época. Um mês após, para minha surpresa e alegria, recebi notícia de minha nomeação para o cargo de secretário da Comissão Interministerial para os Recur-

sos do Mar (Secirm). Explico: tal cargo é de almirante, e o ato era um auspicioso sinal da promoção que acabou ocorrendo.

Da comissão na Secirm guardo gratas lembranças. Ao me apresentar, encontrei uma equipe formidável, que muito facilitou minha gestão⁵. Sobre o Proantar, lembro-me de trabalhosa negociação com o Itamaraty com vistas à reformulação da Política Nacional para Assuntos Antárticos (Polantar), que se prolongava. Até que, pelo lado do Ministério das Relações Exteriores, o interlocutor passou a ser o então conselheiro Celso Amorim, quando todas as dificuldades foram resolvidas imediatamente, com plena satisfação das partes envolvidas, o que fez nascer minha admiração pelo talento negociador do nosso futuro chanceler por mais de nove anos.

Na Secirm, em minha gestão, foram planejadas e executadas as Operações Antártica IV e V. A Polantar IV (novembro de 1985 a abril de 1986) foi marcante, pois, por força da evolução natural do Proantar, uma de suas principais tarefas foi preparar nossa Estação para a primeira invernação – março a dezembro de 1986 –, ocasião em que um grupo de 11 militares permaneceu inteiramente isolado em nossa Estação, devido às condições climáticas. Aliás, por ocasião da composição desse primeiro

4 Após o recebimento do NPqHo *Vital de Oliveira*, em julho de 2015, dotado de um ROV (veículo de operação remota) capaz de operar em até quatro mil metros de profundidade, a Marinha passou a dispor de tal importante equipamento de pesquisa.

5 Tive a satisfação de voltar a contar com a companhia e o brilho de vários membros de tal equipe em ocasiões posteriores, no mais das vezes quando já reformados: o então Secretário Adjunto, atual Almirante de Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo, sucedeu-me como Coordenador Executivo do Centro de Excelência para o Mar Brasileiro (Cembra); o atual Contra-Almirante Nélcio da Silva, ex-Secretário para o Proantar, juntamente com o Comte. Lucimar Luciano de Oliveira, à época Secretário para o Gerenciamento Costeiro, foram coautores, como eu, do livro *Amazônia Azul – O Mar que nos pertence*. O Comte. Lucimar, foi Vice-Diretor da DHN em minha gestão; preparou e fez a revisão da 1ª edição de “O Brasil e o Mar no Século XXI - Relatório aos Tomadores de Decisão”, publicação editada pela Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos (CNIO), sendo eu o Secretário Executivo de tal organização e ainda assumiu tais tarefas em relação à 2ª edição da obra, agora sob responsabilidade do Cembra, quando cabia a mim a sua Coordenação Executiva. O Comte. Alexandre Tagore Medeiros de Albuquerque, que assumiria a recém-criada Subsecretaria para o Mar Planetário (embrião do Leplac), também foi coautor de *Amazônia Azul* [...].

grupo de tripulantes da EACF no inverno, causou espécie a necessidade da apendicectomia preventiva, isto é, da extração do apêndice, mesmo sem nenhum sintoma de inflamação, obviamente para eliminar os riscos de eventual operação urgente, sem possibilidade de evacuação do paciente. O procedimento foi experimentado pelo próprio Comandante (FN) José Henrique Salvi Elkfury, que comandou o grupo.

O início da primeira invernção foi prestigiado com a presença de três ministros de Estado: da Marinha, Henrique Saboia; da Ciência e Tecnologia, Renato Archer; e das Relações Exteriores, Abreu Sodré. Tais autoridades fizeram-se acompanhar, cada uma, por um assessor direto: o Ministro Archer, pelo Conselheiro Luiz Filipe de Macedo Soares; o Ministro Abreu Sodré, pelo Conselheiro Celso Amorim; e o Ministro Saboia, por mim.

Como Diretor da DHN, de abril de 1989 a abril de 1992, também não fiquei afastado do Proantar, pois os navios do então Grupamento de Navios da Diretoria, no período, executaram as Operações Antártica VIII, IX e X, sempre acompanhadas com especial atenção.



Figura 2 – Recepção ao ministro da Marinha para início da cerimônia de posse do comandante da 1ª invernção

COMENTÁRIO FINAL

Pelo número de vezes em que estive envolvido com o Programa Antártico e pelo tipo de responsabilidades correlatas em cada caso, tenho o sentimento nítido de que pude aportar uma contribuição, embora modesta, ao que hoje se constitui um programa nacional muito bem-sucedido, com reconhecimento internacional.



Figura 3 – Após incêndio que destruiu, em fevereiro de 2012, a antiga Estação Antártica, esta é a concepção arquitetônica da “Nova EACF”, construída em Xangai, na China. Fonte: Secirm/Proantar

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ADMINISTRAÇÃO>; Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar; Estação Antártica Comandante Ferraz; Programa Antártico Brasileiro; Política Nacional; Tratado da Antártica;